CONQUISTA E UNIÃO: O MATRIMÔNIO COMO FERRAMENTA POLÍTICA NA ITÁLIA NORMANDA DO SÉCULO XI

CONQUEST AND UNION: MARRIAGE AS A POLITICAL TOOL IN 11TH CENTURY NORMAN ITALY

Matheus Brum Domingues Dettmann[1]

Resumo: Ao longo dos séculos XI e XII, grupos de guerreiros normandos começaram a se estabelecer no sul da Itália. Esses normandos, a princípio, serviram como mercenários nas lutas já existentes entre gregos, muculmanos e lombardos, mas, posteriormente, começaram a formar seus próprios territórios. Essa conquista normanda na Itália significava vitórias militares, mas, também, a busca por meios de legitimar essa conquista. Uma forma importante para obter essa legitimidade era por meio da construção de laços sociais, laços esses que eram indispensáveis aos conflitos de poder no medievo. Esse artigo procura entender a importância e o significado político do matrimônio na conquista normanda do Sul **da Itália no período.**

Palavras-chave: Normandos; Itália Medieval; Matrimônio.

Abstract: Throughout the 11th and 12th centuries, groups of Norman warriors began to settle in southern Italy. These Normans initially served as mercenaries in the already existing struggles between Greeks, Muslims and Lombards, but later they began to form their own territories. This Norman conquest in Italy meant military victories, but also the search for ways to legitimize this conquest. An important way to obtain this legitimacy was through the construction of social ties, ties that were indispensable to power conflicts in the Middle Ages. This article seeks to understand the importance and political significance of marriage in the Norman conquest of southern Italy during this period.

Keywords: Normans; Medieval Italy; Marriage.

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ) e mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ). E-mail: matheusbrumdettmann@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0640673231751830 Orcid: 0000-0002-9963-9132.

INTRODUÇÃO

Entre os séculos XVIII e XIX, ocorre a consolidação da História como uma ciência. Dessa forma, o conhecimento historiográfico deixava de ser apenas um relato do passado e se tornava um conhecimento "legitimado" através de uma metodologia própria de atuação e interpretação das fontes. Esta história científica teve grande importância e visibilidade especialmente durante o século XIX e o princípio do século XX. Nesse período, os historiadores buscavam escrever uma História "oficial" e o principal foco de seus estudos eram os grandes acontecimentos e os grandes nomes da História.

Desse modo, os historiadores do século XIX dedicaram suas pesquisas e sua escrita para fomentar debates sobre figuras proeminentes do passado, como Napoleão Bonaparte, ou discutir sobre eventos dignos de nota, como a Revolução Francesa. Dentro dessa historiografia, que hoje podemos chamar de uma historiografia tradicional, quase não havia espaço para se analisar o homem comum em sua individualidade e aspectos sociais e culturais das sociedades passadas eram muitas vezes ignorados ou subestimados por estes historiadores.

Nesse contexto, o elemento político e o econômico tinham grande preponderância nas análises historiográficas. Uma boa parte dos trabalhos do período tem como enfoque uma abordagem política ou econômica do passado. Isso está refletido na própria seleção documental adotada por estes pesquisadores. Para além disso, os historiadores políticos se ocupavam mais em realizar uma História das instituições de poder do que analisar as relações políticas que permeiam as interações dos indivíduos que vivem em sociedade.

Entretanto, na primeira metade do século XX, a hegemonia da História Científica começa a ser ameaçada, dentre outros fatores, pela ascensão da Escola dos Annales. A partir da década de 1970, é notória a existência de uma verdadeira crise da História Científica e a necessidade de uma renovação (CÂNDIDO DA SILVA, 2010). Cada vez mais, a história científica tradicional e as correntes marxistas não davam conta das novas necessidades da pesquisa historiográfica (CÂNDIDO DA SILVA, 2010). Era necessária uma renovação urgente de seus objetos de estudo, de sua metodologia e até mesmo de seus enfoques interpretativos.

Nessa situação, o diálogo e troca com outras ciências sociais foram de vital importância para possibilitar essa transformação. A aproximação de áreas de conhecimento, tais como a antropologia e a sociologia, por exemplo, permitiu o surgimento de novas correntes historiográficas e novas metodologias de análise. Especialmente a partir da década de 1970, podemos observar a ascensão da História cultural e dos estudos de gênero, dois aspectos que eram consideravelmente subestimados nas análises historiográficas mais tradicionais. Também podemos destacar o novo interesse da historiografia em estudar práticas sociais e expressões culturais.

Essa historiografia renovada se opõe às tendências tradicionais de se fazer História. A História tradicional, considerada uma história focada nos grandes eventos políticos e nos grandes nomes do passado, entra em desuso. Pode-se pensar que a História Política perderia sua

importância no cenário historiográfico em função de uma nova hegemonia de pesquisas voltadas a aspectos socioculturais e que, assim, a historiografia política também perderia seu espaço no meio acadêmico.

Entretanto, a História Política se manteve viva mesmo com todas essas mudanças no cenário historiográfico (RÉMOND, 2003). A História Política não permaneceu estagnada e presa aos seus modelos antigos de trabalho, mas também buscou se renovar e também procurou interagir com outras áreas das ciências sociais. O resultado foi a criação de uma Nova História Política.

Assim, como dito por René Rémond (2003), a História Política, tão criticada por sua limitação, também passou por uma expressiva reconstrução. Trazendo novas fontes, novos objetos de estudo e novas abordagens para as questões de poder, se valendo de novas metodologias e teorias. Dentro dessa Nova História Política, a produção historiográfica sobre o medievo não foi ignorada. Como abordado por Marcelo Cândido (2010), os historiadores da política na Idade Média também ampliaram consideravelmente o seu campo de análise graças à adoção de novas perspectivas sobre poder, parentesco, paz, guerra e solução de conflitos.

Como salienta Marcelo Cândido (2010), não foi descoberta uma quantidade significativa de novas fontes do período medieval, mas a própria relação dos historiadores com as fontes existentes se transformou. As fontes passaram a ser confrontadas com novas questões e passagens que antes eram ignoradas ou tomadas apenas como recurso retórico passam a adquirir notória importância em suas análises. Pontos-chave desses textos que descrevem relações de amizade, inimizade, competição, emoções e sobre o psicológico desses indivíduos que, até então, eram descartados como acréscimos indignos de análise pelos historiadores políticos, ganham uma nova relevância nos estudos dos historiadores que pesquisam sobre relações de poder no medievo.

Como apontado por Marcelo Cândido (2010) ainda, uma das grandes conquistas dessa nova historiografia é o abandono de certas dicotomias tão enraizadas na historiografia tradicional e que não se aplicam ao período estudado. Tais binômios como Igreja/ Estado, razão/emoção e até mesmo violência e paz (CÂNDIDO DA SILVA, 2010). Segundo o autor, no período franco-merovíngio, por exemplo, a vingança era uma ferramenta válida para se alcançar o fim de conflitos. O autor ainda chama a atenção para o erro que pode ser divisar conceitos como público e privado para o medievo, uma vez que em sua análise das fontes jurídicas francas, foi possível perceber que a penitentia, algo que deveria ser do privado, ou melhor dizendo do oculto de cada pessoa, acaba por tomar um caráter verdadeiramente público com a adoção de penitências públicas que visavam promover a reconciliação do pecador com a comunidade (CÂNDIDO DA SILVA, 2010). Dessa forma, o oculto e a esfera pública não se opunham de forma tão clara como podíamos pensar.

Assim, aspectos que hoje em dia poderiam ser tomados como integrantes da vida privada, na verdade, podem estar interligados diretamente à vida comunal, à ordem pública e às disputas de poder do medievo. Tratando do mundo medieval, essa percepção parece se mostrar correta. Como já demonstrado por medievalistas consagrados, como Jérôme Baschet (2006), as

disputas de poder no medievo não são feitas apenas por meio de batalhas e atitudes beligerantes, mas também por meio de práticas culturais e laços sociais.

Tais laços sociais serão ferramentas indispensáveis para a atuação política no mundo medieval. Através da construção desses vínculos que a política é feita no medievo (DUBY, 1994). Este artigo busca explorar como a atuação política é feita através de um tipo específico destes vínculos sociais: o matrimônio. O laço de matrimônio que, nos dias atuais, pode ser visto como um vínculo de caráter fortemente pessoal e parte da vida privada de cada indivíduo, adquire um caráter diferente no mundo medieval. Laços matrimoniais não se limitam a uniões afetivas e emocionais, mas se configuram como importantes alianças políticas e são capazes de influenciar significativamente no jogo de poder entre as elites medievais.

Esse artigo realiza uma análise da importância dessas relações matrimoniais na conquista normanda da região Sul da península itálica entre os séculos XI e XII. Afinal, a conquista normanda se deu apenas pelo uso da violência? Sendo os normandos tidos como estrangeiros na região, não seria uma opção viável para estabilizar sua posição recorrer a uma política de alianças matrimoniais? Além disso, qual é a importância dessas relações para o desdobramento das campanhas normandas na região?

Essa análise irá focar, especificamente, em duas alianças matrimoniais, uma bem-sucedida e outra que não foi consumada. Ambos os matrimônios estão sendo arranjados entre os normandos e não normandos. Intentamos demonstrar como o laço matrimonial é um vínculo social indispensável para as relações de poder no Sul da Itália no século XI e que era uma ferramenta vital para criar pontes e justificativas que influenciam diretamente as disputas de poder na região.

A CHEGADA NORMANDA NO SUL DA ITÁLIA

Primeiramente, pode ser interessante esboçar a situação que os normandos encontraram na região do Mezzogiorno italiano. No século VI, a Itália que estava sobre o domínio do império romano do oriente ou império bizantino, foi invadida e efetivamente conquistada pelos lombardos, um povo germânico e a região Sul italiana foi tomada em sua quase totalidade pelo Ducado Lombardo de Benevento, na região da atual Campânia. Em 773, o rei dos francos, Carlos Magno, invade e conquista a Itália lombarda (LOUD, 2000). O duque de Benevento se aproveita da invasão de Carlos Magno para tomar o título de príncipe de Benevento e aceita a conquista franca (LOUD, 2000). Entretanto, essa conquista jamais foi inteiramente consolidada no Sul da península, visto que o próprio filho do príncipe chega a se recusar a obedecer aos descendentes de Carlos Magno (742-814) (LOUD, 2000).

A distância da corte carolíngia, e até mesmo os obstáculos geográficos tais como formações montanhosas na parte central italiana, favoreceram certa independência do principado. Contudo, novos fatores surgiram para comprometer a estabilidade política na região.Um desses fatores foi a conquista islâmica da Sicília entre 827 e 901, uma possessão até então bizantina.

Depois da conquista, uma parte expressiva da população siciliana se converteu ao islã. A ilha então passou a contar com uma minoria cristã ortodoxa e uma maioria islâmica formada por sicilianos convertidos e imigrantes principalmente da Ifriquia no Norte da África (METCALFE, 2009). A morte de Ibrahim II (850-902), o emir da Ifriquia, e o um dos principais responsáveis pela conquista da ilha, e as constantes disputas pelo poder no território impediram a conquista muçulmana de avançar significativamente na Itália continental, mas ataques islâmicos partindo da Sicília nos territórios de Benevento e nas posses bizantinas se tornaram frequentes nos séculos VIII e IX (METCALFE, 2009).

Ataques de mulçumanos são reportados na região. Esses homens buscavam mais obter saques lucrativos que uma conquista territorial própria e se tornou comum que bizantinos e lombardos pagassem para que estes grupos bélicos muçulmanos não atacassem seus territórios e pagassem também pelo resgate de cristãos capturados (METCALFE, 2009). Importante destacar que tais expedições não eram reconhecidas ou aprovadas pelo próprio Emir da Sicília, na verdade estes grupos parecem ter sido condenados e marginalizados pelas próprias autoridades islâmicas.

Outro fator importante foi a renovação da autoridade bizantina na região da Calábria e da Apúlia, especialmente no governo do imperador Brasil II (952-1025). Basil conseguiu estabilizar as fronteiras orientais de seu império após sua vitória contra os búlgaros e efetivou políticas para melhorar a arrecadação de tributos (WARREN, 1988). Tudo isso possibilitou que os bizantinos consolidassem uma forte presença na região baseada na posse de grandes cidades fortificadas como Bari e Taranto (WARREN, 1998). Além disso, o próprio principado de Benevento se fragmentou em três entidades políticas distintas após disputas internas. O principado de Benevento, o principado de Salerno e o principado de Cápua. Esses principados ficaram marcados pelas constantes disputas entre si.

Finalmente, além dos principados lombardos, do emirado siciliano e das províncias ou *themas* bizantinas da *longbardia*,Calábria e Lucania, ainda devemos destacar a existência de cidades independentes na costa ocidental. Gaeta, Amalfi e Nápoles mantinham a sua autoridade e tinham boas relações comerciais com bizantinos e islâmicos (LOUD, 2000). O resultado era uma região extremamente multiétnica e plural culturalmente. Por exemplo, uma boa parte dos habitantes das possessões bizantinas na Apúlia era formada de lombardos latinos, da mesma forma, encontramos comunidades ortodoxas e falantes do grego na Sicília islâmica e existiam comunidades gregas nos territórios dos príncipes lombardos (LOUD, 2000).

Nesse contexto de interações, trocas e disputas, os normandos irão tomar parte a partir do século X. Sobre a presença normanda na Itália, as nossas principais fontes foram escritas num período posterior ao de sua chegada. Destacamos as crônicas de Godofredo Malaterra, Guilherme de Apúlia e Amado de Montecassino.

Essas próprias fontes apresentam diferenças em seus relatos. O autor de Montecassino descreve que 40 cavaleiros normandos, ao retornarem de uma peregrinação ao Santo Sepulcro

passaram pelo Principado de Salerno, onde foram informados de que o príncipe devia pagar uma quantia a um grupo de muçulmanos da Sicília como parte de um acordo feito entre eles (LOUD, 2000). Os normandos criticam a covardia dos lombardos e afugentam os muçulmanos. Após o ocorrido, os lombardos pedem para que os normandos permaneçam na região como seus defensores, porém estes recusam, mas prometem recrutar mais guerreiros em sua terra natal para se instalarem no território lombardo (LOUD, 2000).

Guilherme da Apúlia, por sua vez, afirma que os normandos estariam fazendo uma peregrinação até o santuário de São Miguel Arcanjo no Monte Gargano quando por acaso encontraram Melus, um nobre lombardo que estava em guerra contra os bizantinos na região (GUILHERME DA APÚLIA, 1961). Melus pede auxílio aos normandos que prometem enviar apoio depois de voltarem à Normandia (GUILHERME DA APÚLIA, 1961).

As duas narrativas, embora distintas, apresentam alguns pontos em comum. Primeiro, podemos destacar a questão da peregrinação. Guilherme de Jumieges, em sua crônica sobre os soberanos da Normandia, destaca que Roberto I (1000-1035), duque da Normandia, teria morrido em peregrinação até a Terra Santa (GUILHERME DE JUMIÈGES). Além disso, seu pai, o duque Ricardo II (980-1026), se notabilizou por oferecer apoio a peregrinos que viajavam para lugares santos. Dessa forma, a existência de peregrinos normandos na Itália parece provável (BATES, 1994).

Além disso, outro ponto interessante a ser levantado é o uso desses normandos como mercenários nos conflitos do Sul italiano. Malaterra afirma que os normandos saíram da Normandia porque não havia mais terras o suficiente para eles se expandirem na região (GODOFREDO DE MALATERRA, 2005). Na Itália, esses normandos se inteiraram das constantes disputas entre os príncipes lombardos e o Catepano (principal oficial bizantino na Itália) e ofereceram seus serviços nessas guerras. As crônicas concordam que no princípio esses normandos lutaram tanto por lombardos quanto por gregos, inclusive oferecendo seus serviços na tentativa bizantina de reconquista da Sicília.

Guilherme da Apúlia afirma que os normandos mudavam a sua lealdade propositalmente para evitar o fim dos conflitos que lhes eram tão lucrativos (GUILHERME DA APÚLIA, 1961). A revolta de Melus é derrotada em 1017, mesmo com o apoio normando. A vitória bizantina reforçou a posição dos gregos na Itália e em 1038, o general bizantino Giorgio Maniakes resolveu se aproveitar da instabilidade política na Sicília (com a chegada de novos grupos vindos da África) e preparou uma grande invasão à ilha (GUILHERME DA APÚLIA, 1961).

Os cronistas novamente concordam que os normandos tomaram parte nesta empreitada bizantina. Segundo Malaterra, o príncipe de Salerno, Guiamar, que era o patrono desses normandos ofereceu seus serviços aos gregos por medo do poder que esses normandos estavam ganhando em Salerno (GODOFREDO DE MALATERRA, 2005). Entretanto, os normandos entraram em

desacordo com Maniakes sobre a divisão dos espólios e abandonaram a campanha para atacar as possessões bizantinas no continente (GODOFREDO DE MALATERRA, 2005).

Graham Loud (2000) destaca que a campanha de Maniakes, embora vitoriosa a princípio, foi consideravelmente custosa e a maioria desses recursos partiu dos próprios territórios bizantinos na Apúlia e na Calábria. Como resultado, a população lombarda estava insatisfeita com o domínio bizantino, o que pode ter favorecido os ataques normandos aliado ao fato das principais forças bizantinas estarem na Sicília.

Importante destacar que o processo de migração e conquista dos normandos na Itália não foi um processo unificado e organizado, diferente, por exemplo, da conquista normanda da Inglaterra em 1066. Em 1066, como afirmado por David Bates (1995), a conquista da Inglaterra foi um episódio centralizado na figura do duque Guilherme II. Após a conquista, Guilherme dividiu o território inglês para seus principais vassalos, de modo que seu próprio poder no Reino não fosse ameaçado.

Na Itália, famílias e agrupamentos normandos agiam de forma mais independente, até mesmo entrando em confronto entre si. Esses normandos buscaram líderes na própria Itália, como na figura do príncipe de Salerno, na figura de Melus, com o filho de Melus, Argyrus, e até com um nobre do norte da Itália, chamado Anduíno, que liderou o ataque normando nas terras bizantinas após o desentendimento destes com Maniakes na Sicília (GUILHERME DA APÚLIA, 1961).

Contudo, com o tempo, os normandos se voltaram para lideranças próprias e dois principais núcleos de poder se formaram. O primeiro em torno da família dos Drogônidas, que receberam o condado de Aversa em Salerno, e a família dos Hauteville (LOUD, 2000). Se aproveitando das desvantagens dos bizantinos, os Hauteville têm uma grande vitória contra os gregos em 1041 na batalha de Montepeloso. Posteriormente, liderados por Guilherme, braço-de-ferro (1010-1046) de Hauteville, tomaram a fortaleza bizantina de Melfi (GODOFREDO DE MALATERRA, 2005). Guilherme se declara como conde de todos os normandos da Apúlia em 1042, tendo Melfi como sua capital. Sua posição é reconhecida pelo príncipe de Salerno.

Com a morte de Guilherme em 1046, seu irmão, Drogo de Hauteville, o sucede e consegue o reconhecimento do imperador germânico, Henrique III (1016-1056), de sua posição como conde e duque da Apúlia e Calábria (GODOFREDO DE MALATERRA, 2005). Em 1051, Drogo morreu e foi sucedido por seu irmão Humphrey como conde até sua própria morte em 1057. Após a morte de Humphrey, os Hauteville seriam liderados por seu irmão mais novo, Roberto Guiscardo. Guiscardo continuou as conquistas normandas às custas dos bizantinos e dos príncipes lombardos, mas entrou em um acordo com o papado (GUILHERME DA APÚLIA, 1961). Em 1057, Roberto tem o reconhecimento de seu condado pelo Papa. Esse acordo poria fim aos avanços de Godofredo de Hauteville (irmão de Guiscardo) aos territórios papais.

A perda de Melfi e a derrota bizantina em Montepeloso e Monopolio fizeram os gregos perderem sua autoridade em quase todas as cidades da costa. Muitos territórios onde a presença

grega não era tão bem estabelecida, na Apúlia e na Lucânia, se voltaram para os normandos. Com o avanço normando, os bizantinos mantiveram apenas Taranto, Salento e parte da região de Trani (SHEPARD, 2008).

Em 1061, Guiscardo, se aproveitando da instabilidade no emirado siciliano, invadiu a ilha da Sicília junto de seu irmão, Rogério de Hauteville. Rogério e seu filho Jordão teriam uma participação de destaque na conquista da Sicília islâmica até a tomada da última fortaleza muçulmana em 1091. Rogério obteria de seu irmão, Roberto Guiscardo, o título de conde da Sicília como vassalo de Roberto (GUILHERME DA APÚLIA, 1961).

Após consideráveis avanços normandos nos territórios gregos e lombardos, Roberto finalmente conquista o principado de Salerno em 1077. Em 1078, Roberto conquista o principado de Benevento (GUILHERME DA APÚLIA, 1961). No fim do século XI e início do século XII, os Hauteville terminam a conquista dos ducados ocidentais de Amalfi e Nápoles. Como dito anteriormente, a família dos drogônidas recebeu o condado de Aversa do príncipe de Salerno. O primeiro conde normando de Aversa, Ranulfo, foi sucedido por seu sobrinho, Ricardo, que obteve o principado de Cápua (1058) e o ducado de Gaeta (1064) (GODOFREDO DE MALATERRA, 2005).

Interessante notar que Ricardo de Cápua também era sobrinho de Guilherme Guiscardo, por meio de sua mãe, Fressenda (GODOFREDO DE MALATERRA, 2005). Além disso, Ricardo participou ativamente nas campanhas de seu tio na Apúlia. Todos os territórios normandos no Mezzogiorno seriam unificados posteriormente na figura de Rogério II, que se declara rei da Sicília em 1130.

Assim, desde sua chegada como peregrinos e mercenários no século X, os normandos se converteram nos governantes efetivos do sul da península itálica entre os séculos XI e XII. Importante salientar que a conquista normanda da região contou com a instabilidade vivida no Império Bizantino. O império, que estava enfrentando problemas no Oriente, especialmente com o avanço dos turcos, não podia enviar reforços suficientes. Além disso, no governo de Isaac I Comnenos e no de Romanus IV, uma possível reação bizantina na Itália foi atrapalhada pela morte prematura do primeiro e a captura do último pelos turcos em 1071 (SHEPARD, 2008).

A CONQUISTA NORMANDA POR MEIO DE LAÇOS INTERPESSOAIS

Os relatos sobre as aventuras normandas na Itália estão cheios de descrições de guerras e batalhas. Afinal, os normandos são descritos como um povo guerreiro e beligerante, justamente o que teria atraído o interesse dos lombardos para contratá-los como mercenários. Entretanto, outros episódios chamam a atenção. Por exemplo, é dito que Roberto Guiscardo, no ano de 1058, interrompeu suas conquistas na Apúlia. O motivo disso foi a celebração de seu matrimônio com Sigelgaita (1040-1090), a filha do príncipe Guiamar de Salerno (1013-1053) (GODOFREDO DE MALATERRA, 2005).

Além disso, no período, Roberto estava em conflito com seu irmão Rogério sobre a divisão de seus territórios. Porém, Roberto cessou a disputa com o irmão e ofereceu dividir as conquistas da Calábria com ele (GODOFREDO DE MALATERRA, 2005). Parece evidente que Roberto enxergava com grande importância seu casamento com a filha do príncipe de Salerno. Como dito por Malaterra e Amado, Roberto já era casado com uma mulher chamada Alberada, mas a repudiou alegando consanguinidade.

Esse não foi o primeiro casamento entre os Hauteville e a casa de Salerno. Guilherme Braço-de-ferro havia se casado com uma sobrinha de Guiamar IV e Drogo de Hauteville com uma de suas filhas (GODOFREDO DE MALATERRA, 2005). Entretanto, Gaitelgrima, a esposa de Drogo, possivelmente era uma filha bastarda. Então, Guiscardo conseguiu a primeira união matrimonial com uma filha legítima do príncipe e ele usaria isso para clamar seu controle sobre Salerno para si e seus filhos com Sigelgaita após sua conquista do principado em 1076.

De fato, o exemplo de Roberto foi seguido por uma boa parte da nobreza normanda que se casou com mulheres da nobreza lombarda. Rogério de San Severino e Roberto de Éboli também se casaram com mulheres da família principesca de Salerno. Jordão I de Cápua se casaria com a filha mais nova de Guiamar IV. Roberto concedeu considerável importância ao casamento. Amado de Montecassino afirma que Roberto estava vestido como um imperador e o duque exigiu a presença de todos os nobres da Apúlia (LOUD, 2000).

Loud (2000) afirma que o casamento foi de grande importância para a estabilidade e legitimação da posição de Roberto como duque da Apúlia e Calábria. Por quê? Para responder a essa questão, precisamos analisar mais a fundo a organização política e social do Sul italiano no século XI. Enquanto, por um lado, o sistema administrativo bizantino era mais organizado e bem estruturado, contando com oficiais apontados pelo imperador em Constantinopla (catepano*, turmas* e *estrategos*), com divisões administrativas bem definidas e uma certa organização e com regulamentações centralizadas em Constantinopla, a situação nos territórios lombardos era diferente.

Na terra dos príncipes lombardos, o que imperava era uma política baseada em relações interpessoais de poder. Na ausência de um sistema administrativo como o bizantino, os nobres lombardos realizavam política por meio das alianças construídas entre si, e o casamento era uma das formas mais importantes de se firmar uma dessas alianças.

Um paralelo pode ser traçado entre a região lombarda e a situação vivenciada no mundo carolíngio no século X. Segundo Patrick Geary (1986), com a decadência da casa real carolíngia, as instituições responsáveis por manter a ordem, com destaque para os tribunais condais, entram em desuso (GEARY, 1986).

Isso significa a existência de um período caótico e sem ordem? Para Geary, não seria o caso. Com a ausência de uma força centralizadora e legítima, os nobres francos se fiavam em alianças interpessoais e regras de conduta sociais não escritas (GEARY, 1986). Tais laços e

práticas sociais serviam para manter a ordem entre os nobres e impedir o crescimento da violência. Gerd Althoff (2004) afirma que tais laços iriam moldar a mentalidade medieval como um todo e são a grande base de trocas e interações políticas no medievo. Esses laços podem ser herdados ao nascer ou forjados ao longo da vida e implicam a existência de obrigações para ambas as partes envolvidas.

Laços de parentesco com sangue, por exemplo, eram herdados no nascimento. Contudo, laços matrimoniais eram construídos e permitiam conectar a nobreza por vínculos familiares (LE JAN, 2003). Assim, em um momento de descentralização do poder e instabilidade política, os laços sociais são uma ferramenta importante para a manutenção de uma ordem. Esses laços exigem certas obrigações cujo descumprimento implica em uma condenação social pelos seus pares, o que, para os nobres que buscavam justamente a afirmação e estabilidade de sua posição hierárquica, era uma verdadeira ameaça aos seus objetivos.

A importância desses laços de parentesco, seja por sangue ou por casamento, foi atestada por Régine Le Jan em seu estudo do mundo franco, por Helle Vogt (2010) em seu estudo sobre o mundo escandinavo medieval e também por Gerd Althoff em seu estudo do reino franco oriental. O casamento era uma forma de obter aliados em caso de necessidade e uma garantia de evitar ser hostilizado por outro grupo familiar, algo de grande importância no jogo político praticado entre os nobres e que parece ser similar ao experimentado nos territórios lombardos.

Desse modo, o casamento de Roberto com Sigelgaita garantiria uma maior aceitação de sua soberania junto à nobreza lombarda. Além disso, também permitiria obter uma maior segurança e estabilidade para o governo futuro de seus descendentes, assegurando o poder de sua linhagem. Segundo Régine Le Jan (2003), nos primeiros séculos da Alta Idade Média, não havia uma distinção muito relevante juridicamente entre nobres e não nobres. A maior distinção feita era entre homens livres e não livres. Assim, era necessário para as elites medievais encontrar ferramentas para garantir sua posição hegemônica e a manutenção de uma hierarquia.

Com a ascensão imperial carolíngia, uma aproximação com a figura do imperador e de sua família passa a ser um forte indicador do status social de alguém como membro da aristocracia. Contudo, com a crescente ineficiência da autoridade imperial, os nobres se voltam para uma nova forma de marcar sua posição como membros de uma classe social dominante (LE JAN, 2003). Uma forma de garantir essa posição privilegiada da nobreza foi pela linhagem sanguínea.

Assim, os nobres herdaram pelo sangue as virtudes necessárias para ser um bom governante, o que justifica sua posição e fecha o ciclo dessas elites, garantindo a hierarquização dessa sociedade. Assim, o status de nobre se diferencia do de um homem livre, já que o status de liberdade reflete o status social de uma pessoa individualmente, se ela é ou não livre pela lei, e a nobreza reflete o status de um grupo familiar. A nobreza é uma questão coletiva que provém não apenas do próprio status individual de uma pessoa, mas também de sua associação com outras

pessoas ilustres por meio de sua linhagem sanguínea (LE JAN, 2003). Assim, a nobreza não é uma qualidade jurídica, mas sim social, sobreposta a uma qualidade jurídica, a liberdade (LE JAN, 2003).

Por este ângulo, o casamento de Roberto Guiscardo com Sigelgaita é fundamental para a manutenção do status de seus descendentes e a preservação de sua própria dinastia. A associação por sangue com o príncipe de Salerno, por uma descendente legítima desta família, garante a posição da família como parte dessa nobreza italiana e membros legítimos dessa classe aristocrática lombarda. O matrimônio é fundamental para a legitimação da posição de Roberto e, mais ainda, do status de seus descendentes.

Outro matrimônio envolvendo normandos e outro povo étnico também teria uma consequência importante no governo de Roberto Guiscardo. Como conta Malaterra, o imperador bizantino, Michael VII, teria acordado o casamento de seu filho e herdeiro, Constantino com a filha de Guiscardo, Olympia, que adotara o nome helênico de Helena.Entretanto, Miguel acabaria por ser destronado (GODOFREDO DE MALATERRA, 2005). Segundo Malaterra, o imperador foi forçado a se tornar um monge e seu filho, Constantino, foi tornado um eunuco (GODOFREDO DE MALATERRA, 2005). Helena foi mantida em Constantinopla e impedida de se casar com qualquer homem de alto status, pois os gregos tinham receio de que o casamento com ela poderia implicar algum direito ao trono imperial.

Anos depois, é narrado como um homem que se dizia ser o ex-imperador Miguel foi até a presença do duque normando na Apúlia e solicitou auxílio de Roberto para reaver o trono imperial (GODOFREDO DE MALATERRA, 2005). A identidade do homem causou dúvida e incerteza, porém, segundo o próprio Malaterra, Roberto escondeu essas dúvidas e declarou que o homem era realmente o antigo imperador e manifestou a intenção de conquistar o trono bizantino para Miguel (GODOFREDO DE MALATERRA, 2005). Com essa justificativa, Roberto iniciou uma expedição dentro do império bizantino, conquistando uma considerável parte do que é hoje a Albânia e a Grécia.

Essa história também é relatada no texto de Guilherme da Apúlia. Guilherme da Apúlia acrescenta que durante o cerco de Durazzo, a guarda bizantina teria pedido que Roberto mostrasse o ex-imperador Miguel e que se ele realmente estivesse agindo em favor do antigo imperador, eles renderam a fortaleza (GUILHERME DA APÚLIA, 1961). Contudo, após ver o suposto antigo imperador, a guarnição se pôs a rir e ofender o homem, alegando que não passava de um mero servente do palácio imperial.

Algumas questões podem ser levantadas desse relato. Primeiramente, é interessante notar que Malaterra destaca o temor que os bizantinos tinham de uma união entre a família imperial e os normandos (GODOFREDO DE MALATERRA, 2005). Essa união, segundo o autor, concederia acesso livre dos normandos até a corte de Constantinopla e, por seu caráter bélico, acabariam por tomar o trono para si. Também é interessante apontar como as fontes, incluindo Malaterra, parecem

concordar que o apoio de Roberto para Miguel não passava de um pretexto e que o próprio Roberto não acreditava de verdade que o monge era o ex-imperador.

Independente do fato de Roberto acreditar na identidade de Miguel ou não, é interessante notar como Roberto usa esse fato como pretexto para invadir o território bizantino. Enviar auxílio ao seu parente por casamento parece um motivo legítimo para atacar o território imperial. Como foi dito anteriormente, o casamento criava vínculos de parentesco não apenas entre os cônjuges, mas também entre seus grupos familiares. Tais vínculos exigiam certas obrigações sociais e políticas. Uma delas era auxiliar seus parentes em caso de necessidade.

Roberto parece se utilizar muito bem desse fato. Ao declarar que o homem é Miguel e que ele apenas tem intenção de retorná-lo ao seu trono, Roberto busca legitimar a sua invasão e a conquista de territórios na península balcânica. Afinal, Roberto apenas estaria realizando seu dever para com um parente e agindo de forma virtuosa. Sem dúvidas, Roberto se valeu da situação sociopolítica de seu tempo para conseguir uma justificativa para ampliar suas conquistas para além do mar adriático e expandir ainda mais seu território às custas do imperador bizantino, que nesse momento já não tinha quase nenhuma posse na Itália para Roberto invadir e conquistar.

CONCLUSÃO

Os normandos que chegaram até o sul da Itália percorreram um longo caminho desde o norte da Francia até a península itálica no Mediterrâneo. A princípio, empregados pelos príncipes lombardos por sua utilidade como mercenários, conseguiram forjar seus próprios domínios na região e se tornaram um dos maiores poderes na região.

Entretanto, as vitórias militares desses normandos e seus ganhos territoriais não alteraram um fato importante: que esses normandos eram estrangeiros. Não era necessário somente conquistar terras, mas também era preciso garantir o governo destes territórios e, para isso, era necessário que os normandos fossem aceitos e reconhecidos como membros da aristocracia local e se integrassem nas redes de poder da região.

Essas redes de poder passavam pela construção de vínculos com a aristocracia local que eram forjados principalmente por laços sociais. As uniões de matrimônio eram fundamentais nessa dinâmica, pois permitiam a ligação de diferentes agrupamentos familiares e criavam alianças mais duradouras. Dessa forma, era vital para os normandos realizar uma política de casamentos eficientes e assegurar a legitimidade de sua posição.

O caso mais evidente disso, sem dúvidas, foi o casamento de Roberto Guiscardo com Schelgaita. Roberto estava ciente de sua situação. O líder normando sabia que era percebido como um bárbaro estrangeiro e que precisava garantir a posse de seus novos territórios e que isso implicava se integrar às elites locais. Por isso, Roberto fez de seu casamento um evento de destaque, fazendo toda a nobreza lombarda comparecer e inclusive parando suas campanhas de conquista para as negociações do casamento. O casamento era um aviso a toda a aristocracia

italiana de que Roberto não era mais um aventureiro de uma terra distante e agora era um duque e deveria ser reconhecido pelos outros nobres como o suserano da região e parte efetiva dos sistemas de poder e dominação existentes na Itália.

Roberto, segundo as fontes pelo menos, era um homem politicamente habilidoso que não usou apenas o casamento para firmar sua posição como duque, como também usou o laço matrimonial para justificar sua invasão nos Bálcãs bizantinos. A união de parentesco com Miguel VII lhe concedeu a justificativa ideal para continuar a expansão de seu território às custas de mais territórios bizantinos.

Assim, a conquista normanda do sul da Península Itálica não se limitou às conquistas militares. A associação por meio de vínculos sociais, como os matrimônios, com as elites locais foi fundamental para a legitimação e consolidação dos normandos como governantes da região. A criação de tais laços permitiu a sobrevivência da dinastia dos Hauteville e a futura unificação de suas possessões no Reino Normando da Sicília.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

GEOFFREY MALATERRA**. The deeds of count Roger of Calabria and Sicily and duke Robert Guiscard his brother**. Traduzido por WOLF, Kenneth Baxter. Michigan: University of Michigan Press, 2005.

The Gesta Normannorum Ducum of William of Jumièges, Orderic Vitalis and Robert of Torigni. Vol. II: Books V-VIII. Editado e traduzido por Elisabeth M. C. van Houts. Clarendon, Press: Oxford, 1995.

GUILHERME DA APÚLIA. **La geste de Roberti Guiscard**. Traduzido por MATHIEU, Marguerite. Palermo: Instituto Siciliano de studi bizantini, 1961.

Bibliografia

ALTHOFF, Gerd. **Family, Friends and Followers**: Political and Social Bonds in Early Medieval Europe. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

BATES David. The Rise and Fall of Normandy, c. 911-1204. In: ;169 CURRY, Anne (eds.). **England and Normandy in the Middle Ages**. Londres: Hambledon Press, 1994, pp. 19-36.

CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo; **“Público” e “Privado" nos textos jurídicos francos**. Varia História (UFMG. Impresso), v. 26, pp. 29-48, 2010.

DUBY, Georges. **As Três Ordens, ou o Imaginário do Feudalismo**. Tradução: Maria Helena Costa Dias. 2a ed. Lisboa: Estampa, 1994.

GEARY, Patrick J. **Vivre en Conflit dans une France sans État**: typologie des mécanismes de règlement des conflits (1050-1200. In: Annales: économies, sociétés, civilisations, no. 5, 1986; 1107-1133.

GEARY, Patrick. **Phantoms of Remembrance**: Memory and Oblivion at the End of the First Millennium. Princeton: Princeton University Press, 1996.

LE JAN, Régine. **Famille et Pouvoir dans le Monde Franc (VII-X siècles**): essai d'anthropologie sociale. Paris: Editions de la Sorbonne, 2003.

LOUD, G. A. **The age of Robert Guiscard: southern italy and the norman conquest**. Essex: Longman, 2000.

LOUD, G. A; METCALFE, Alex. **The society of Norman italy**. Leiden: Brill Press, 2002.

METCALFE, Alex. **The muslims of medieval italy**. Edinburgh: Endiburgh Presse University, 2009.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV.2003.

SHEPARD, Jonathan. **The Cambridge history of the Byzantine empire**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

VOGT, Helle. **The function of Kinship in Medieval Nordic Legislation**. Leiden: Brill, 172 2010.

WARREN, Treadgold. **The Byzantine revival 780-842**. Stanford: Stanford University Press, 1988.